



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia tem por atividade econômica principal, a locação de espaço de seus pavilhões para feiras e eventos, congressos, exposição e festas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em reunião já realizada, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e classificados na categoria “mantidos até o vencimento”. O balanço patrimonial já contempla as contas de caixa e bancos individualizadas.

3.2 Uso de estimativas: A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil tem como pressuposto que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisões para devedores duvidosos, estoques, provisão para contingências, valorização de instrumentos financeiros em geral etc. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

3.3 Instrumentos financeiros: Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.

3.4 Ajustes a valor presente: Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto prazo.

3.5 Imobilizado: O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. No decorrer do período foram calculadas e contabilizadas as depreciações correspondentes. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.6 Valor recuperável de ativos: O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Em 2020 foi contratada a empresa Apollo Gestão Empreendedora para a revisão patrimonial da Companhia o qual determinou a nova vida útil conforme laudo 104/2020. Nesta revisão foram levantados os bens constantes no patrimônio e que refletem a sua posição atual.

3.7 Imposto de renda e contribuição social: A Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Real no período em curso, e calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) corrente com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para imposto de excedente a R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) de lucro mensal e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

3.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.9 Reconhecimento das receitas: A receita de serviços está apresentada líquida após a dedução dos impostos incidentes sobre a totalidade. Conforme CPC 47 a entidade reconhece a receita no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre o serviço prestado; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

Em decorrência da pandemia, a Presidência da República instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), com o objetivo de criar condições para que o setor de eventos possa mitigar as perdas oriundas do estado de calamidade pública. Tal programa reduz a 0% pelo prazo de 60 meses a partir de março de 2022 até março de 2025 as alíquotas sobre os tributos incidentes sobre o resultado auferido nesta modalidade de receita. A companhia diferiu a tributação parcial, visto que possui algumas receitas recorrentes não derivadas de eventos, as quais tributo normalmente.

3.10 Provisão de Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos como corresponsável perante tribunais, decorrentes de questões trabalhistas. A administração, com base na opinião de assessores jurídicos, faz análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas.

4. CAPITAL SOCIAL

4.1 Capital Social A companhia tem como acionista Controlador a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, sendo o Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, pertencente a acionista residente e domiciliados no país.

Milton Corlatti

Diretor Presidente
CPF: 248.633.270-72

Paulo Cesar Motta

Reg. no CRC-RS 61.363
CPF: 498.915.700-10

Marta Regina Siota Schramm

Diretora Administrativa
CPF: 385.106.340-68